

## A memória embotada do telejornalismo brasileiro<sup>1</sup>

Por

S.Squirra

A TV pode ensinar, pode iluminar o caminho do homem, sim, pode inclusive iluminar o homem. Mas ela só pode cumprir estas tarefas se o homem manipulá-la nestas direções. De outra forma, ela se tornará somente ondas e luzes numa caixa.

**Ed Murrow**

A memória do telejornalismo brasileiro raramente tem sido foco de resgates históricos centrados no entendimento das ações empresariais e do papel dos profissionais que participam (e participaram) deste cenário comunicacional. Esta constatação veio à tona ao participar do *Observatório da Imprensa* na TV (TVE/TV Cultura, 14/3/ 2006), quando a pauta era o papel dos telejornais e as estratégias mercadológicas das emissoras. O assunto emergiu quando afirmei que a Rede Globo – a principal emissora do país, sobretudo nos anos 1970 e 80 – tinha por prática a conduta de assepsia estética e controle editorial ao abordar questões e personagens populares. Fui interpelado ao declarar que ‘velhos, desdentados, mal trajados, incultos e descabelados, sobretudo quando fossem mulheres e negros’ não apareciam na tela da emissora. Na ocasião pareceu que falava grego e que tal contexto havia existido somente na minha imaginação, e jamais na TV Globo e nos telejornais da emissora.

Antes de tudo, é importante destacar que alguns escritores, jornalistas e intelectuais abordaram a questão dos padrões estético/culturais advindos do regime militar, apontando que isto não se resume ao ‘universo dos comunicadores’ ou, ainda mais focado, ao ‘mundo dos telejornalistas’. Indo nesta direção, Maria Rita Kehl, no já clássico *Anos 70-5. Televisão*, destaca que “o Padrão Globo de Qualidade que se firmou sobretudo a partir de 73 com a chegada no Brasil da televisão colorida é incompatível com a estética do subdesenvolvimento criada por produtores culturais de esquerda – os Teatros de Arena e Oficina (...) o CPC da União Nacional dos Estudantes, os cineastas do Cinema Novo’, conforme consta no texto ‘Um só povo, uma só cabeça uma só nação’, (pág. 12).

Na mesma época, a Rede Globo se estruturava para tornar-se uma grande emissora de TV profissional, trazendo projeto pioneiro e de inegável qualidade técnica para os padrões brasileiros de montagem e exploração do espectro. Mas o padrão implantado com

---

<sup>1</sup> Texto publicado no Observatório da Imprensa, Edição 377, 14, abril, 2006, acessível em <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/a-memoria-embotada-do-telejornalismo-brasileiro/>

o modelo norte-americano ditava normas restritas para que o ‘negócio’ frutificasse de forma segura, justificando as políticas e os investimentos realizados. Apesar desses processos trazerem procedimentos saudáveis até os dias de hoje, pois implantaram a grade horária confiável, a programação segura, a modernidade visual etc. impingiram outros de difícil escape, dadas as necessidades da produção ‘em série’, com esmeros técnicos na captação da imagem e som (é importante lembrar que, muitas vezes, a concorrência descuidava irresponsavelmente destes pressupostos) e os intentos de homogeneização mundial da programação, no que atualmente tornou-se conhecido como ‘mundo plano’. E, neste sentido, Maria Rita Kehl complementa: “...a opulência visual eletrônica criada pela emissora (Rede Globo) contribuiu para apagar definitivamente do imaginário brasileiro a ideia de miséria, de atraso econômico e cultural; e essa imagem glamourizada, luxuosa ou na pior das hipóteses antisséptica (...) contaminou a linguagem visual de todos os setores da produção cultural e artística que se propunham a atingir o grande público”.

No geral, é possível reconhecer que a pressão autoritária e vertical por revelar à audiência o modelo de um Brasil ‘limpo, jovem, dinâmico e pacífico’, onde tudo estava na mais ‘perfeita ordem’ (como acreditava o general-presidente Emilio Garrastazu Médici), era de difícil não-observância, dadas as distintas formas de controle, imposição e censura então vigentes. E não se tratava de controlar unicamente a comunicação realizada via emissoras de televisão, mas sobretudo estas, dadas sua abrangência e incrustação no chamado ‘imaginário’ popular. É reconhecido que todas as demais formas de divulgação do conhecimento e cultura também foram atingidas. Mas a TV foi a mais visada pela gigantesca penetração de suas mensagens em todos os estratos sociais.

### **Situação de confronto**

Amalgamando este cenário, é importante pontuar a conhecida proximidade de Roberto Marinho (e, por tabela, dos seus veículos de comunicação, sobretudo a TV Globo) com o regime militar e, justamente por isto, de ascendência sobre todos os presidentes e candidatos aos cargos políticos de expressão no país. Aliás, certa ocasião, afirmava-se que o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva ‘nunca seria presidente, antes de falar com o Roberto Marinho’, pois, se assim não fosse, o dono da Globo colocaria o poder da emissora contra o líder sindical (não só este, aliás, tal princípio era válido para todos os candidatos que, sem exceção, tiveram que pedir audiência com o ‘kaiser’ da Globo).

Lula foi um político difícil para os padrões vigentes na Globo, por ser uma figura pública com imagem ‘complicante’ para a identidade visual da Globo, por ser torneiro mecânico, atarracado, semianalfabeto, nordestino e barbudo. E socialista! O concorrente Fernando Collor era o contrário: esbelto, culto e dinâmico filho do sistema (justamente o modelo então valorizado pela estética da casa). Mas, democrático... Deve ser por isso, que o jornalista Eugênio Bucci concluiu que a Globo retratava Lula como ‘doença’, por causa do tratamento que este recebia do *Fantástico* (enquanto Collor era mostrado como

‘a cura’). Hoje já se conhecem detalhes das ações não democráticas praticadas na edição do debate pela emissora, sendo duro resistir de citar a manchete que anunciava que o ‘Vice da Globo acha que o telejornal favoreceu Collor’, conforme estampado na *Folha de S.Paulo*, no caderno ‘Diretas 89’, de 17/12/1989, pág. B8.

No intuito da ilustração da estreiteza das relações da Globo com o poder federal (por sabido, antagônico ao que se verifica nos EUA, onde a mídia se pauta pelo princípio do ‘*watchdog role*’), acrescento mais um comportamento editorial que esta emissora praticou, agora nas conclusões da pesquisa realizada por Antonio de Andrade e Sandra Reimão na Faculdade de Comunicação Multimídia da Universidade Metodista de São Paulo: “O quadro de relacionamento entre a TV Globo e o governo militar permitiu a ocorrência de algumas situações inusitadas como quando em meados de 1971 a Rede Globo, preocupada com os prejuízos financeiros advindos da demora na expedição dos pareceres da censura, lentidão esta decorrente da falta de equipamentos e recursos humanos no órgão federal, resolveu a emissora doar ao Departamento de Censura um moderno equipamento de vídeo, além de ceder gratuitamente profissionais habilitados para desenvolver com maior rapidez os trabalhos de verificação da programação submetida à censura prévia”.

Mas retornemos à questão do modelo editorial que então esta emissora praticava, seguro que o cidadão ‘comum’ não estava presente quando tratava dos assuntos que afetavam a população naquele tempo, sobretudo nos espaços que os jornalistas chamam de ‘o povo fala’.

A década de 1970 foi muito importante para a expansão da indústria cultural no Brasil, e os personagens simples do vasto território acabaram sendo atingidos de uma forma ou de outra pelas novas mensagens da principal emissora de TV de então. Assim, lembra Maria Rita Kehl, à pág. 11 da obra citada, que “...a este brasileiro resta o consolo da festa global, resta entrar em cadeia às oito da noite pelo Jornal Nacional (...) A este homem expropriado de sua condição de ser político, resta a televisão como encarregada de reintegrá-lo sem dor e sem riscos à vida da sociedade, ao Lugar Onde as Coisas Acontecem”.

Naquele momento, a emissora entendia que era preciso consolidar um formato televisivo a ser aceito por todos, tivessem estes posses ou não, e onde os valores e comportamentos da ‘modernidade’ governamental riscavam de cena a realidade dos rincões da nação, substituindo estes por um ‘script’ feito no chamado ‘sul maravilha’, com figurinos portados por pessoas bem-vestidas e supostamente esclarecidas, mas representantes das formas de poder. É útil lembrar que a ideologia de espelhamento no modelo ‘hollywoodiano’ não se configurou como uma ‘dependência’ brasileira (está, de fato, presente na política externa norte-americana posterior à Segunda Guerra Mundial), tendo sido espalhada pelo globo e podendo ser conferida no excelente livro *Vida o filme*, de Neal Gabler. Dessa forma, no artigo *A década do jornal da tranquilidade*, Elisabeth Carvalho lembra (págs. 33 e 34) que, na época “...no *Jornal Nacional*, o povo era bonito e bem alimentado. O otimismo, a ideia de um Brasil Grande e decididamente unificado,

riscado da lista dos países subdesenvolvidos e agora encabeçando, graças ao ‘milagre brasileiro’, o bloco dos intermediários, quase roçando o desenvolvimento – esta era a imagem que o principal telejornal do país deveria alimentar’. Para finalmente reconhecer que...” havia também um padrão estético a respeitar: pessoas com defeito físico, de ar miserável, sem alguns dentes na boca ou mesmo com roupas rasgadas deveriam a todo custo ser evitadas no vídeo”.

É conhecido que os colegas que estão no batente não dispõem de tempo e instrumentos (muitas vezes nem disposição) para dedicar aos estudos das características e relações (de toda ordem) dos processos da produção de notícias na TV. E seria muito útil para ‘clarear’ o território se os telejornalistas da ‘prática’ estivessem mais próximos das escolas, uma vez que tanto os que estão no dia-a-dia quanto os acadêmicos podem ajudar na compreensão dos modelos e opções aplicados, como fazem muitos profissionais nos EUA que, volta e meia, vão às universidades para realizar amplas ‘revisões’ das práticas em que se envolvem.

Por outro lado, ressalta-se que não se trata de simplesmente colocar frente a frente profissionais e acadêmicos, numa situação de confronto ‘pugilístico’ e desconfiança motivada por pura ‘manha’ de acadêmicos ou indisposição dos profissionais – e, por isso, ineficiente –, mas de trazer luz ao entendimento das questões afeitas à área e à sua história. Neste sentido, publiquei, em 1997, a obra *Memórias-Telejornalismo 1*, que tinha por alvo entrevistar cerca de 70 colegas jornalistas de TV, escolhidos por terem participado dos momentos importantes da história do telejornalismo. Na obra estão registradas algumas experiências (nem sempre charmosas) da prática no telejornalismo recente em nosso país.

### **Acesso privilegiado**

Como qualquer outra instituição, a Globo precisa da máxima eficiência no seu ‘cardápio’ de produtos (e do seu corpo de fiéis trabalhadores, ordeiramente realizando suas atribuições com total profissionalismo, em geral com muita ‘fé’ na empresa) para realizar seu ‘negócio’. O ‘produto’ telejornal sempre foi parte importante para atingir e consolidar o planejamento da empresa – quer fosse financeiro (venda dos espaços publicitários mais caros), cultural (pasteurização da cultura nacional e regional, colocando todos na ‘grade’, logo depois das novelas), mas, sobretudo, de ação política (destaque para os fatos que interessam a alguns). Assim, é linear entender a opção da Globo pelos representantes das elites nos telejornais da emissora (o que rendeu à emissora o ainda ecoante ‘o povo não é bobo, fora Rede Globo’, quando das Diretas-Já).

Como nas demais organizações capitalistas, a Rede Globo (não só ela, é óbvio) usou seu poder para projetar os poderosos que precisavam de exposição. Nesta questão, aliás, sempre chamou a atenção a insistência da Globo em veicular continuamente as ações do ‘coronel’ baiano Antonio Carlos Magalhães, amigo pessoal do dono da emissora e fiel escudeiro do mesmo quando ocupou ministérios em Brasília). A proximidade com os governos federal, estadual e municipal, peça estratégica para as ações dos *lobbies* nas

esferas econômico-políticas, ‘azeitava’, então, a relação do detentor da concessão, comprometendo-o na direção do lamentavelmente praticado ‘uma mão lava a outra’.

Uma nota da coluna ‘Painel’ da *Folha de S.Paulo* (18/02/1988, pág. A 4), afirmava que a ‘Rede Globo foi autorizada por sua direção a mencionar em seus noticiários a existência e o crescimento, entre os constituintes, da corrente favorável a um mandato de quatro anos para Sarney’. Vale resgatar, ainda, o momento em que Roberto Marinho incluiu no *JN* um editorial sobre o PFL, conforme ‘Editorial sobre o PFL causa falhas no JN’ (*Folha de S.Paulo*, 26/09/1987, pág. A 28).

Dessa forma, e neste contexto, tornava-se impossível a presença dos brasileiros da ‘base da pirâmide’ nos telejornais da emissora (em nome de quem, aliás, o presidente confere a concessão para a exploração do canal), que tinha padrão estético e editorial rígido e de exclusão social como linha demarcatória de ação. Reforçando esta evidência, em artigo na *Folha de S.Paulo* (26/04/1995), o filósofo Renato Janine Ribeiro concluiu que ‘a ficção da Globo é mais jornalística e o jornalismo mais ficcional do que parecem ser’. Em outra ocasião, como relata Nelson de Sá na mesma *Folha* (16/01/1993), a Globo usou o *Globo Repórter* para defender a pena de morte, em tendenciosa edição que mais parecia campanha por este tipo de radicalismo.

Manter o foco nesses casos revela o esforço de intelectuais e pesquisadores em desmitificar os meios de comunicação de massa, sem negar-lhes a importância e as ações construtivas que também realizam. Mas é inaceitável dar crédito àqueles que vendam os olhos e anestesiem a memória quando se trata de encarar destemidamente as ações tortas e egocentradas praticadas pela Rede Globo, em especial no período em destaque.